

# Migrações internas e desenvolvimento regional no Meio Norte brasileiro

*Edgar Oliveira Santos*

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

*Edney Loiola*

Departamento de Administração da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

*Sônia Oliveira Santos*

Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)

Recebido: 22/07/2016 Versão revisada (entregue): 17/04/2017 Aprovado: 24/04/2017

## Resumo

O desenvolvimento regional na sub-região do Meio Norte brasileiro é abordado neste artigo seguindo os caminhos orientados pelos fluxos migratórios, indutores da formação histórica desse espaço. As discussões conduzidas nessa trajetória evidenciam as relações construídas para a estruturação de um sistema de produção, que caracterizou a estrutura e superestrutura norteadora do desenvolvimento dessa região. Desse modo busca-se explicar como os fluxos migratórios promoveram o desenvolvimento regional do Meio Norte brasileiro. O método do materialismo histórico, utilizado neste estudo, viabiliza o entendimento dos desdobramentos, desde a ocupação do espaço pelo migrante até este século. Aliado ao método referido coletaram-se dados censitários que complementam o esforço de compreensão, propiciada por meio dos resultados obtidos, tipificando as formas e o modelo de desenvolvimento alcançado.

**Palavras-chave** | Desenvolvimento regional; Meio Norte; migração; sub-região.

**Código JEL** | N96; O15; R23.

## INTERNAL MIGRATION AND REGIONAL DEVELOPMENT IN THE BRAZILIAN MIDDLE NORTH

### Abstract

Regional development in the Brazilian Middle-North sub-region is covered in this article following the paths guided by migratory flows, inducers of historical formation of this space. Discussions in this way show the relationships built into the structure of a production system that characterized the structure and superstructure of this guiding regional development. Thus, it seeks to achieve the goal of explaining how migration promoted regional development of this sub-region. Historical materialism method used in this study enables the understanding of development since the space occupied by the migrant until this century. Coupled with the

aforementioned method, the census data complement the effort of understanding, through the obtained results and by typifying the forms and the development model achieved.

**Keywords** | Middle north; migration; regional development; subregion.

**JEL-Code** | N96; O15; R23.

## LA MIGRACIÓN INTERNA Y EL DESARROLLO REGIONAL EN EL MEDIO NORTE DE BRASIL

### Resumen

El desarrollo regional en la subregión Medio Norte del Brasil está cubierto en este artículo siguiendo las rutas guiadas por los flujos migratorios, inductores de la formación histórica de este espacio. Las discusiones conducidas en esta trayectoria muestran las relaciones construidas para la estructuración de un sistema de producción que caracterizó la estructura y la superestructura orientadora del desarrollo de esa región. De este modo se busca explicar cómo la migración promovió el desarrollo regional de esta subregión. El método del materialismo histórico utilizado en este estudio permite la comprensión de los acontecimientos ocurridos, desde la ocupación del espacio por los migrantes hasta este siglo. Junto con el método antes mencionado, se recolectaron datos del censo que complementan el esfuerzo de comprensión, a través de los resultados obtenidos y tipifican las formas y el modelo de desarrollo alcanzado.

**Palabras-clave** | Desarrollo regional; Medio Norte; migración; subregión.

**Código JEL** | N96; O15; R23.

### Introdução

Estudar o desenvolvimento regional brasileiro respeitando a singularidade de uma determinada sub-região é buscar uma melhor aproximação com essa realidade. E para esclarecer sobre qual o tipo de desenvolvimento, este trabalho reúne algumas considerações conceituais sobre esse termo. Essa diligência justifica a complexa discussão e as diversas interpretações acerca do significado do desenvolvimento. Neste caso particular de um espaço delimitado, o Meio Norte brasileiro<sup>1</sup>, a linha conceitual priorizaria aspectos culturais ou naturais e distribuição de renda, ou escolheria o crescimento econômico – para ser menos complexo –, utilizando uma explicação quantitativa com maior poder de convencimento.

O estudo do desenvolvimento no Brasil experimentou, a partir da década de 1950, uma fase de discussões voltadas para o crescimento na produção de transportes, energia e alimentos. Naquela época não era comum fazer distinção entre crescimento e desenvolvimento. A comissão criada para esse estudo estabeleceu

---

<sup>1</sup> Sub-região localizada no Oeste do Nordeste, incluindo os estados do Maranhão e metade do Piauí, na transição entre o Norte e o Nordeste do país.

parcerias com instituições financeiras como Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos – Eximbank; Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE; e Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL.

Essa estrutura de apoio basicamente para desenvolvimento industrial promoveu um momento de planejamentos empresariais do setor privado, elevando a produção de bens de capital e bens de consumo duráveis, com taxas anuais de aproximadamente 25%. Esse desenvolvimento foi marcado por um período de grande geração de emprego, crescimento e ampliação da classe proletária e fortalecimento do mercado de consumo. Contudo, o Estado brasileiro estava a serviço do capital estrangeiro, com o domínio de grandes empresas internacionais nessa economia nacional (FAUSTO, 1995).

A visão conceitual desse crescimento econômico, naquela época, era de desenvolvimento. Para Veiga (2005), não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa e no desenvolvimento ela é qualitativa. O autor ainda afirma que ambos processos estão intimamente ligados, porém, não são a mesma coisa. Realmente, o quantitativo e o qualitativo são unidos, sendo quase impossível separá-los.

Se uma parte da população está desempregada e ocorre uma determinada expansão da atividade econômica, o nível de desemprego é reduzido; assim, nesse caso, houve melhoria da qualidade de vida com o crescimento da economia.

A qualidade de vida não é um quantitativo, como o PIB. Sim, mas o que é qualidade de vida? Para a Organização Mundial de Saúde, qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores, nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.” (OMS, 1998). Dessa forma, diferentemente de outros instrumentos utilizados para avaliação de qualidade de vida, o meio empregado para medir esse item do desenvolvimento humano deve basear-se nos pressupostos de que qualidade de vida é um construto subjetivo (percepção do indivíduo em questão), multidimensional e composto por dimensões positivas.

Independente desse conceito da OMS, quando se analisa a situação de um chefe de família desempregado, os problemas se manifestam através das necessidades básicas – incluindo alimentação e alcança o estado psicológico – que representam, nesse caso, baixos níveis de qualidade de vida, considerando que essa não é uma condição desejada por uma pessoa. Os níveis de qualidade de vida, analisando por esta ótica, apresentam-se de formas diversificadas, segundo as variáveis consideradas em função das origens da população, e as circunstâncias que, em um momento específico e naquele espaço, são determinantes para as escolhas diante das necessidades subjacentes.

Diante dessa tentativa de harmonizar crescimento e desenvolvimento, é provável que as situações sejam determinadas em consideração ao tempo, espaço,

consequências e circunstâncias. Atualmente existe o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que classifica os lugares principalmente com indicadores de saúde, renda e educação (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013). Esse índice, utilizado desde 1993, não consegue acompanhar e, conseqüentemente, medir determinados atributos aliados aos indivíduos, dentro dos novos processos da ocupação espacial, como aglomeração urbana, metropolização, incluindo as longas distâncias para o trabalho, elevação do índice de violência, poluição, distribuição de renda, entre outros dados.

A flexibilização das formas de produzir determinadas pela dinâmica do sistema capitalista ultrapassa a consistência da construção das formulações teóricas, que perdem vigor com as inovações produtivas, adaptadas aos novos padrões de consumo decorrentes de uma sistemática imposição de novas necessidades propagadas de maneira inexorável. Cabe ao poder público a tarefa de discernir sobre o tipo de desenvolvimento compatível à diversidade populacional e essa ocupa distintos espaços.

Ainda referindo-se à fragilidade do IDH, que foi projetado para avaliar os países e tem sido aplicado também para estados e municípios no Brasil, seus resultados com altos índices de desenvolvimento humano, como é o caso, em 2010, dos municípios de São Paulo, com índice de 0,805, e Rio de Janeiro, de 0,799 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013), demonstram uma forte influência da renda, pois os mesmos não contemplam dados sobre violência, mobilidade urbana, abastecimento d'água etc. Esses e outros aspectos do cotidiano das pessoas residentes nos municípios citados provavelmente restringem a liberdade de ir e vir, condicionando as pessoas a uma reestruturação do sistema de produção capitalista.

O desenvolvimento regional como objeto de estudo deste trabalho segue a linha conceitual do PNUD, em que o desenvolvimento tem a ver, primeiro, e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas (VEIGA, 2005). Nessa concepção, analisam-se as migrações internas, no processo de ocupação e povoamento do Meio Norte brasileiro, bem como a influência do migrante no desenvolvimento dessa sub-região.

Com base nessas análises introdutórias, este artigo tem o objetivo de explicar como, dadas as condições naturais da Amazônia Legal, fluxos migratórios atuaram no desenvolvimento regional do Meio Norte brasileiro.

Este artigo encontra-se estruturado nas seguintes fases: introdutória, a partir dessa descrição inicial; a segunda fase abordará o processo migratório da formação histórica do Meio Norte brasileiro; na terceira fase orienta-se a metodologia a partir de dados censitários, consubstanciados através do método materialista histórico (MARX, 2006), num esforço de reconstrução das formas pelas quais se constituíram as estruturas e superestrutura de produção capitalista, naquele espaço,

durante os séculos XIX e XX. Uma quarta fase sobre o desenvolvimento regional do Meio Norte no contexto do Nordeste do país, e, finalmente, as considerações finais.

### **Fluxos migratórios na formação histórica do Meio Norte do Brasil**

Na busca para compreender sobre os primeiros passos da organização espacial do Meio Norte, não se deve prescindir de uma abordagem histórica, a partir dos pioneiros no povoamento dessa região. Na concepção da Geografia, os termos frente pioneira e frente de expansão significam espaços que são ocupados para exploração da agricultura, visando atender ao mercado (VALVERDE, 1957; VELHO, 1981). Contudo, de acordo com Waibel (1979, p. 281-282), são considerados pioneiros aqueles que desenvolvem o povoamento e suas atividades agrícolas, termo que não se estende ao extrativismo ou a pecuária. Suas ações são utilizadas para transformar a mata virgem numa paisagem cultural e para alimentar grande número de pessoas numa área geográfica. Essa discussão será retomada no quarto capítulo deste artigo.

Tradicionalmente, a visão sobre a região Nordeste do Brasil é a de que ela é algo “dado” ou relativamente natural, fruto de uma determinada ocupação humana sobre uma parte do espaço geográfico. Uma forma de ocupação que interagiu com o meio ambiente e, num certo sentido, se adaptou ou se moldou frente a ele (VESENTINI, 2012).

A ocupação e povoamento do Meio Norte brasileiro, através de fluxos migratórios nos séculos XVIII e XIX e início do século XX, deve ter contribuído para um desenvolvimento regional compatível com as possibilidades dos seus habitantes, as formas de vida predominantes na região e suas escolhas de acordo com os instrumentos e as oportunidades disponibilizadas em função dos recursos existentes.

Os fluxos migratórios característicos da ocupação espacial do Meio Norte podem ter sido originados pelos seguintes fatores: a grande seca do século XIX, que provocou a saída de suas terras de migrantes pernambucanos, baianos e cearenses; a implantação de diversas fazendas de gado bovino e de produção de cana-de-açúcar; a lavoura de arroz e algodão e o extrativismo vegetal (coco babaçu, borracha e castanha do Pará) (ABREU, 1998; FREIRE, 1985). Convém ressaltar que os movimentos migratórios tratados neste artigo integram a estruturação inicial do sistema de produção capitalista nessa região em análise. Não incluindo, desse modo, as etapas precursoras de devassamento e, conseqüentemente, os conflitos com indígenas, nos séculos XVII e XVIII.

Contudo, visando estabelecer uma conexão com as origens, verifica-se que esse processo migratório produtivo se iniciou a partir de um sistema de sesmaria<sup>2</sup>, que no Meio Norte destaca-se, principalmente no território piauiense (Bacia do Parnaíba), como ponto de partida para a posse da terra e, conseqüentemente, a implantação de várias fazendas sob o controle de vaqueiros, os quais periodicamente prestavam contas aos proprietários, o dono da terra ou coronel. Isso serviu para a expansão territorial e ao aumento da área de pastagem e do poder dos fazendeiros (LIMA SOBRINHO, 1946).

É importante esclarecer que são considerados migrantes, neste estudo, os indivíduos sozinhos ou em grupos que se deslocaram de um lugar para outro com a finalidade de estabelecer residência fixa ou temporária, exercer atividades profissionais ou atividade de estudo. Considera-se, nestes casos, a possibilidade de o indivíduo influenciar de forma socioeconômica o desenvolvimento regional.

A migração é, para Singer, um fenômeno que assume a dimensão de classe social, que estaria respondendo aos processos social, econômico e político, e que as migrações internas são condicionadas ao processo global de mudanças (SINGER 1980, p. 217). Para esse autor, a compreensão das migrações está fundamentada no desenvolvimento do capitalismo (SINGER, 1976), enquanto Martins (1986) vincula as migrações temporárias, em suas várias manifestações, com as formas de valorização do capital e com as mudanças nas relações sociais de produção (MARTINS, 1986, p. 4).

Na literatura recente é difícil separar o que é migração temporária do que é migração definitiva (ALMEIDA; BAENINGER, 2011), sendo necessário estudar os espaços por onde circulam os indivíduos e situá-los na família ou na rede de relações sociais. Entende-se como migração, para efeitos deste estudo, a mudança de um lugar (território, município, região, estado, país) para outro, com o intuito de estabelecer residência, independente do tempo de permanência no local de destino.

---

<sup>2</sup> Doação de terras para fins produtivos e estabelecimento da posse do território. Caracterizado desde o início pela imensidão das glebas concedidas e pela imprecisão de seus limites, era inevitável que o processo de apropriação das terras brasileiras acabasse dando origem, com o tempo, a uma série de conflitos. Os posseiros surgiram desde o início. Não tendo acesso a terras gratuitas, a não ser a grandes distâncias dos núcleos de povoamento, muitos sesmeiros potenciais simplesmente optaram por ocupar porções aproveitadas das sesmarias já concedidas. Alguns deles, ricos e poderosos, conseguiram inclusive obter legalmente essas terras tornando letra morta a cláusula de que a doação só era válida “não tendo sido dada a terra a outrem”. O sistema sesmarial perdurou no Brasil até 17 de julho de 1822, quando a Resolução 76, atribuída a José Bonifácio de Andrade e Silva, pôs termo a este regime de apropriação de terras. A partir daí a posse passou a campear livremente no país, estendendo-se esta situação até a promulgação da lei de terras, que reconheceu as sesmarias antigas, ratificou formalmente o regime das posses, e instituiu a compra como a única forma de obtenção de terras (VELHO, 1977).

Os conceitos demográficos, através do tratamento dado às migrações por Martins (1986) e Singer (1976), em termos gerais passam a ter referência no contexto histórico e a encontrar sustentação na base teórica, que a Sociologia aporta e que são conceitos ligados à tradição do materialismo histórico, como o de classe social, de modo de produção, de valorização do capital e de relações de produção (BARCELLOS, 1995, p. 4).

A formação histórica dessa região caracterizou-se pela predominância da agricultura e da pecuária, com estrutura agrária baseada no latifúndio, estabelecendo a formação de classes sociais vinculadas na posse da terra. Assim, esse sistema originou duas classes, os grandes proprietários de terras e os trabalhadores vinculados na agricultura. Essa estrutura social permitiu o surgimento de uma superestrutura (MARX, 2006), organizada a partir da consolidação política das duas capitais, São Luís /MA e Teresina/PI. Inicialmente (1772), São Luís foi a sede dos dois estados e, depois, em 1852, cria-se a capital do Piauí.

Na lógica, a constituição normativa direcionada para o fortalecimento do sistema produtivo priorizou os interesses das classes dominantes. A infraestrutura constituída pelos meios de produção, mais os trabalhadores, e a superestrutura, que compreende as esferas política, jurídica e religiosa, ou seja, as instituições responsáveis pela produção ideológica formam o poder dominante. Essa concepção é sustentada pelos marxistas, e, segundo Marx (2006), as relações jurídicas não podem ser entendidas por si mesmas, suas raízes estão fincadas nas condições de existência material de uma sociedade. As instituições políticas são orientadas para a reprodução da estrutura de classes. A realidade histórica do surgimento das relações de produção do Meio Norte brasileiro configurou-se nessa linha de pensamento.

Nessa estruturação da produção entende-se a forma como se organiza o processo pelo qual o homem, com seu trabalho, busca, através da natureza material, satisfazer suas necessidades. Assim, o trabalho não é só uma relação entre o homem e a natureza, mas supõe uma forma de sociedade realizando-se em certas condições sociais: as relações sociais de produção.

Esse modo de produção capitalista, originado em duas classes, propiciou um crescimento econômico extremamente desigual e concentrador de renda. Isso se verificou em função do monopólio dos meios de produção e do dinheiro, em poder dos proprietários, enquanto que a classe trabalhadora daquela época tinha como propriedade apenas a sua força de trabalho.

Grande parte dessa força de trabalho no Nordeste, nos séculos XIX e primeira metade do século XX, teve sua dinâmica marcada também por movimentos migratórios. O migrante atuou na expansão da produção de arroz e algodão no Maranhão, na extração da borracha e castanha na Amazônia (ABREU, 1998; BENCHIMOL, 1992; COUTINHO, 1994; VIVEIROS, 1954).

As migrações registradas internamente no Brasil podem ser referenciadas pelos deslocamentos de pessoas da região Nordeste para o Sudeste, que ocorreram durante o processo de industrialização do país no século XX (SINGER, 2002). Esse e outros exemplos de processo migratório favoreceram o fortalecimento das discussões teóricas, em torno das causas de influência da migração interna e a relação estabelecida entre os locais de origem e de destino.

No contexto dessas discussões estão presentes as consequências da migração, pois no processo de desenvolvimento regional ou local incidem as transformações socioeconômicas, tendo como referência o sudeste brasileiro, particularmente nas primeiras décadas do século XX (FAUSTO, 1995). Nessa ótica de análise são evidenciadas as questões do atraso, expulsão no campo e atração pela cidade, que envolveram essa fase da migração.

Essa mudança decorrente das diferenças regionais originadas pelo processo de industrialização nos moldes capitalistas criou novos fluxos migratórios, em uma perspectiva diferente, em alguns aspectos, dos movimentos migratórios do Nordeste para o Sudeste do país. Não apenas a indústria e a agricultura no Sudeste passaram a influenciar deslocamentos populacionais com características diferentes em relação aos espaços territoriais e tempo de permanência (FAUSTO, 1995).

### **Uma construção metodológica do desenvolvimento regional do meio norte brasileiro**

Com o propósito de explicar como fluxos migratórios atuaram no desenvolvimento regional do Meio Norte brasileiro, este artigo fundamenta-se no método materialista-histórico. A partir do materialismo-histórico buscam-se constituir os elementos necessários para a compreensão do fenômeno migratório, enquanto processo histórico-social constituinte da própria dinâmica de desenvolvimento regional.

Em princípio, o “materialismo” indica o pensamento filosófico que tem a matéria como a primeira substância e a última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Trata-se de uma concepção de mundo segundo a qual a realidade é a matéria em movimento e as suas condições materiais concretas de desenvolvimento são fundamentais para a explicação de fenômenos que se apresentam numa investigação, inclusive os fenômenos mentais, sociais e históricos (ALVES, 2010).

O materialismo histórico possui origem associada ao pensamento de Karl Marx, que, através desse método, considerou as formas de produção econômica como fatores cruciais do desenvolvimento das diferentes sociedades históricas. As demais dimensões da vida em sociedade (dimensões culturais e políticas como a

religião, o estado, a ciência, a arte, a filosofia) apresentam-se, assim, como dimensões condicionadas pela estrutura econômica (ALVES, 2010).

Marx constrói o materialismo histórico em oposição à dialética idealista de Hegel. O idealismo, diferente do materialismo, procura explicar o mundo pelas ideias, pelos conceitos ou pelo espírito. É a doutrina que afirma ser a consciência, a ideia, aquilo que determina o mundo e a existência do ser e das coisas, enquanto a visão marxista parte de uma abordagem ontológica do conhecimento da realidade que se fundamenta no conhecimento de cada modo do ser, bem como de suas interações com outros seres.

Na concepção de realidade constituída a partir do materialismo histórico, as coisas na natureza e na história aparecem num determinado momento e em contínua transformação. Assim, esse método parte da concepção materialista da realidade e, através das análises, aborda de forma mais correta e abrangente os fenômenos e as leis que dirigem a sua evolução (THALHEIMER, 1979).

Através desse método é possível perceber que o modo pelo qual os homens procuram os meios de subsistência condiciona suas representações sociais. As relações sociais de produção são, assim, fundamentais para os modos de ser e de pensar dos indivíduos e das classes sociais. A história não é um processo linear e contínuo, pelo contrário, é caracterizada pelas transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção e as forças produtivas (MARX; ENGELS, 2006).

É preciso, porém, avançar na análise do materialismo histórico para que se percebam com maior clareza quais são as implicações de sua utilização, enquanto método de abordagem, numa pesquisa concreta. Nesse sentido, é importante destacar a análise de Triviños (1987), quando afirma que as pesquisas que utilizam o materialismo histórico como método devem atentar pelo menos para os seguintes aspectos: - a realidade histórico-social tem uma existência concreta, que independe da consciência que se tem dela – a realidade tem objetividade; – a realidade, além de ser objetiva, é dinâmica, está em constante mudança, é, portanto; processual; – a dinâmica da realidade histórico-social não resulta de uma força exterior, mas, ao contrário, é constituinte de sua própria constituição contraditória, marcada por conflitos; – a análise dos fenômenos histórico-sociais deve partir da observação dos fenômenos, partir do “concreto” para, a partir dessa observação, atingir uma dimensão abstrata dos mesmos, analisando-os em sua totalidade, em suas partes constituintes, na relação entre as partes e entre essas e o todo, ir ao “concreto abstrato”, para, então, voltar ao concreto, agora não mais como uma realidade espontânea, imediata, mas como uma “realidade concreta pensada”, compreendida em seus aspectos essenciais naquilo que é singular e universal; necessário e contingente para então chegar ao “concreto pensado”. (TRIVIÑOS, 1994, p. 49 e seg.).

Esse método de abordagem explicitado acima tem como aporte empírico, neste trabalho, os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A riqueza em termos de informações é uma das principais características do Censo Demográfico brasileiro, reconhecido internacionalmente pela variedade e pela quantidade de questões sobre os movimentos migratórios, em particular a partir do levantamento de 1970 (CUNHA, 2012, p. 29). Trata-se de uma “fotografia” de um momento específico, a data censitária, demonstrando que a maior parte das informações coletadas, especialmente as relativas às características socioeconômicas, refere-se ao momento do censo.

Deve-se considerar também que as potencialidades dos Censos Demográficos para o estudo da migração não se limitam aos quesitos levantados especificamente para a captação dos movimentos territoriais dos indivíduos. As oportunidades oferecidas pelos censos crescem ainda mais quando se observa a possibilidade dos inúmeros cruzamentos desses quesitos (CUNHA, 2012). Outros autores e trabalhos como Carvalho (1985), Martine (1984), Carvalho e Rigotti (1998), Carvalho e Machado (1992) e Rigotti (1999), abordam a utilização dos dados censitários sobre migração, possibilitando enfrentar uma série de questões que envolvem o fenômeno das migrações populacionais.

Os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 apresentaram grandes potencialidades para o estudo do fenômeno migratório pela representatividade e alcance espacial, em função do grande número de itens, especificamente voltados a apreender diferentes particularidades desse fenômeno (CUNHA, 2005).

Os dados censitários utilizados neste trabalho incluem os censos demográficos de 1872 até o ano 2000, que permitem analisar a população total nos dois estados da região Meio Norte, bem como a distribuição percentual dessa população em relação ao país. Permitem também analisar a densidade demográfica desses estados para entender o tipo de contribuição no desenvolvimento regional e o coeficiente de Gini sobre a forma de distribuição da riqueza, que possibilitará esclarecer como esse desenvolvimento foi estabelecido.

### **Quadro 1 População dos estados do Maranhão e Piauí, 1872/1950**

UF	1872	1890	1900	1920	1940	1950
MA	359.040	430.854	499.308	874.337	1.235.169	1.583.248
PI	202.222	267.609	334.328	609.003	817.601	1.045.696

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos demográficos do IBGE.

### Quadro 2 Distribuição percentual da população dos estados do Maranhão e Piauí em relação ao Brasil, 1872/1950

UF	1872	1890	1900	1920	1940	1950
MA	3,62	3,01	2,86	2,85	3,00	3,05
PI	2,04	1,87	1,92	1,99	1,98	2,01

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos demográficos do IBGE.

Os Quadros 1 e 2 (Q1 e Q2) mostram como a população do Nordeste se comportou no período de 1872 até 2000, observando-se, além da ocupação espacial em Q1, também a sua distribuição proporcional (Q2) em relação ao Brasil. O Quadro 3, a seguir, apresenta a variação percentual em função do período censitário anterior, a partir do Censo Demográfico de 1960 até o de 2010. As análises dos dados relacionadas com os citados quadros serão conduzidas na fase seguinte, sobre desenvolvimento regional.

### O desenvolvimento regional do Meio Norte

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada no Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, mudou sua visão do problema regional brasileiro. Com essa mudança parte-se do pressuposto de que há, em todas as macrorregiões brasileiras, sub-regiões dinâmicas e com altas rendas e sub-regiões estagnadas e de baixa renda. O problema regional estaria, portanto, presente em todo o país, e não somente no Norte e no Nordeste. Seria preciso, por conseguinte, mudar o alvo da política, que passaria de macrorregional para sub-regional (OLIVEIRA Jr., 2011).

Entendendo uma sub-região como uma parte de uma macrorregião, o Meio Norte é uma faixa de transição entre a Amazônia Legal e o semiárido nordestino. É uma região de pouco desenvolvimento econômico, prevalecendo o extrativismo vegetal (babaçu), agricultura tradicional de algodão, cana-de-açúcar, arroz e a pecuária extensiva. De forma geral é na criação do gado bovino que se encontram grandes motivações para a ocupação desse espaço regional, que condicionou a chegada de migrantes para o povoamento e desenvolvimento.

### Quadro 3 Variação percentual da população em relação ao período anterior do Nordeste brasileiro

UF	1960-70	1970-80	1980-91	1991-2000	2000-2010
Alagoas	26,36	25,26	24,91	12,18	10,69
Bahia	26,58	26,56	23,52	10,22	7,27
Ceará	34,57	19,79	18,25	16,59	13,94
Maranhão	21,87	34,90	20,30	14,48	16,51
Paraíba	21,18	14,91	13,90	7,46	9,51
Pernambuco	26,96	18,85	14,07	11,08	11,18
Piauí	37,32	26,13	17,96	10,07	9,75
Rio G. do Norte	39,26	19,95	24,88	14,81	14,31
Sergipe	19,86	26,93	28,98	19,43	16,07

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos demográficos do IBGE.

O Quadro 3 apresenta um destaque do Maranhão no crescimento populacional no período entre 1970 e 1980, com uma variação positiva de 34,90%, superando os demais estados do Nordeste. O desenvolvimento dessa região em estudo e que tem nesse estado sua expressão máxima, pode ser apontado a partir da década de 1960, quando o governo brasileiro destinou grandes investimentos em rodovias no país e contemplou significativamente o Meio Norte, destacando-se a rodovia Belém-Brasília.

A relação entre o transporte e o desenvolvimento regional é uma temática presente nas discussões dos teóricos desenvolvimentistas. Entre os assuntos que despertam interesses estão: o estudo do papel de rodovia na mobilização dos fatores de produção e o efeito no crescimento regional (SIEBERT, 1969) e o papel dos transportes no desenvolvimento regional (BECKER, 1974).

Haddad (1996) e Diniz (1993) discutem a questão das desigualdades regionais e seus aspectos estruturais, considerando que a associação entre crescimento econômico, desenvolvimento regional e investimento em infraestrutura possui caráter perverso em certo sentido. Contudo, os investimentos em saneamento, habitação, rodovias, entre outros setores, contribuem para a eficiência e o crescimento econômico do país, entretanto seu impacto sobre as economias regionais – estados e municípios – pode ser bastante heterogêneo e atuar no sentido de concentrar a renda e os recursos econômicos, acentuando a desigualdade regional.

No século XX os estudiosos do desenvolvimento regional contribuíram para aumentar discussões sobre os modelos de localização, aliados com as propostas e análises sobre os custos de transporte e de mão de obra. Weber (1969) procurou

explicar as razões da localização industrial, enfatizando o papel dos custos de transporte de matérias-primas e produtos acabados, em função da localização dos mercados consumidores.

Christaller (1966), através do conceito de centralidade urbana, objetivando explicar os determinantes da concentração urbana destacou a importância das características produtivas de atividades que exigiam escala e consumo simultâneo para a produção, especialmente dos serviços. Seus estudos facilitam o entendimento dos desequilíbrios regionais e setoriais. Sua teoria trata também das relações entre áreas distintas, centrais e periféricas, geradoras de forte migração pendular.

Ao analisar a relação entre desenvolvimento regional e migração interna, um primeiro pressuposto considerado é o de que “as migrações constituem processo social” (BRITO, 2015, p. 5). A primeira implicação desse pressuposto é a de que não são os indivíduos isolados que migram, mas, antes, são “conjuntos sociais” que se transferem do espaço rural para o espaço urbano, de uma cidade para outra, de um estado para outro, mesmo de um país para outro (BRITO, 2015, p. 5).

Mas, além disso, as migrações têm regularidades que podem ser observadas na forma de “fluxos migratórios” (curta e longa duração, rural-urbano, urbano-urbano, migração de retorno, migrações seletivas e por etapas etc.); e muitos desses fluxos migratórios, “pela sua importância para a dinâmica espacial da economia e da sociedade, assumem regularidade de ordem estrutural”, ou seja, se transformam em “trajetórias migratórias” que são condicionadas pelas necessidades das sociedades, das economias, dos estados, definindo-se e redefinindo-se de acordo com as transformações que ocorrem nessas necessidades (BRITO, 2015, p. 5).

Esse pressuposto ganha grande importância na proposta desse artigo na medida em que, ao colocar a dinâmica de desenvolvimento como condicionante dos fluxos migratórios, que constituíram o crescimento populacional do Meio Norte, pergunta-se exatamente sobre esse condicionamento, ou seja, sobre como os fluxos migratórios criaram necessidades para essa região e como, em virtude das necessidades criadas, propiciaram o desenvolvimento econômico.

O crescimento populacional apresentado no Quadro 1 logicamente foi também influenciado pelo crescimento vegetativo. Singer (2012) afirma que entre migrações internas e crescimento vegetativo existe uma relação que não pode ser desconhecida. O tamanho dos fluxos de migração interna que viabilizaram o desenvolvimento econômico no Brasil nos últimos 50 anos, resultou, em grande parte, do crescimento vegetativo da população, pelo menos nos estados de emigração. E o mesmo ocorreu nos lugares de destino, caso contrário ainda teriam sido necessários fluxos migratórios maiores, para representar a população total nordestina nas décadas de 1950 e 1960, principalmente.

O estudo das migrações apresenta diferenças quando as origens indicam uma saída proveniente de regiões rurais estagnadas e quando originadas em regiões atingidas pelas relações capitalistas no campo (expulsão e aquisição de terras com preços baixos), para a inserção de novas tecnologias de produção agrícola (SINGER, 2002). A primeira pode apresentar alto crescimento vegetativo e provocar efeito depressivo sobre a economia urbana do lugar onde se insere, em virtude de não gerar aumento na demanda dos seus produtos, enquanto a outra migração se integra dentro da própria lógica da industrialização capitalista, existindo uma relação casual entre o contingente liberado pela agricultura e o aumento da demanda de produtos da economia urbana (SINGER, 1980).

Mesmo considerando esse efeito depressivo para a economia urbana, a emigração das regiões estagnadas também pode contribuir para o desenvolvimento do capitalismo, produzindo um excedente de mão de obra, que é um fenômeno característico da economia capitalista (SINGER, 1980). O Meio Norte teve grande parte do seu território, principalmente o sudoeste do Maranhão, ocupado por populações que saíram de regiões decadentes. A queda do período aurífero das minas de Goiás (atualmente estado do Tocantins) foi um importante motivo, para que o foco da produção econômica do Centro-Oeste, no início do século XIX, tomasse um novo sentido para o Norte desse estado, com as atividades de extrativismo e criação de gado (ABREU, 1963).

Nesse mesmo contexto de decadência e mudança incluem-se os deslocamentos populacionais registrados no Nordeste, provocados pelas secas do final dos séculos XVIII e XIX e início do século XX, originando uma migração de parte da população de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Bahia e Ceará, em direção aos sertões de Pastos Bons no Maranhão (ABREU, 1963; BRITO, 2009, p. 75; CABRAL, 1992; TROVÃO, 2012). Em função dessas mudanças, as frentes agrícolas e pastoris<sup>3</sup> avançaram no sertão de Pastos Bons, prosseguindo pelo sul maranhense (ALMEIDA; MOURÃO, 1979).

Os pioneiros, seja qual for a sua descendência, apresentam traços característicos, como o espírito especulativo das grandes iniciativas e a confiança no futuro, para comprar novas terras ao invés de investir nas propriedades que possuem (WAIBEL, 1955). O autor citado no segundo capítulo deste artigo apresenta sua expressão conceitual, agora explicando sobre pioneiros, que coincide com a forma de atuação do migrante, no Meio Norte. Este se apresentando em pequenos grupos como um explorador de novos espaços para fins produtivos e muitos

---

<sup>3</sup> A frente de expansão agrícola é costumeiramente realizada pelos posseiros, que iniciam um processo de cultivo sobre as terras devolutas, envolvendo agricultura familiar e de subsistência. No entanto, essa frente de expansão costuma ser rapidamente sucedida por uma frente pioneira, representada por grandes fazendeiros, que, através do processo de grilagem (falsificação de documentos e títulos de propriedades), afirmam serem eles os donos das terras utilizadas por posseiros e até mesmo grupos indígenas (PENA, 2009).

outros migrantes, em busca de melhores condições de vida, constituíram pequenas propriedades ou serviram como trabalhadores nas fazendas dos grandes proprietários.

Nessa mesma linha de estabelecimento de conceitos, de acordo com Lima (2008), os geógrafos, desde os anos 1940, importaram a designação de zona pioneira referindo-se à frente pioneira. Martins (1997) analisa esse termo frente pioneira associando-o à fronteira econômica, e o termo frente de expansão correlacionado à fronteira demográfica (ETGES; DEGRANDI, 2012).

Na opinião de Martins (1997), fronteira econômica representa a inserção do capital sobre o espaço, representando a modernização das formas de produção, provocando a valorização do espaço, que, desse modo, constitui uma análise semelhante à frente pioneira. O termo frente pioneira (ANDRADE, 1984; VALVERDE, 1957) está relacionado à ideia de que na fronteira se cria o novo, uma nova sociedade fundamentada no mercado e nas suas relações sociais. Essa frente, como afirma esse autor, é também a situação espacial e social que atrai a modernização e constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, tradicionalistas e com população reduzida.

As frentes pioneiras eram conjugadas observando que a frente agrícola se constituía na lavoura de subsistência, que servia de apoio para a pecuária. Mesmo diante dos interesses que impulsionavam as frentes, principalmente a frente pastoril, que buscava campos naturais para pastagem, esse avanço foi bloqueado pela densa floresta da Pré-Amazônia (VELHO, 1981).

É interessante ressaltar que na metade do século XIX o ciclo do gado predominava na região Sul do Maranhão, apresentando como destaque o comércio do couro, que tinha grande importância na fabricação de diversos produtos, comercializados em Belém, Bahia, Piauí e Pernambuco (ABREU, 1998, p. 107-141). E essa atividade econômica, relacionada ao gado bovino, fez parte do início da organização do sistema de produção, que originou o desenvolvimento do Meio Norte.

Como se observa no Quadro 4, a seguir, os reflexos dessas atividades econômicas que estruturaram o sistema produtivo dessa sub-região não apresentaram resultados diferenciados em termos de renda. As marcas de uma riqueza concentrada nesse índice de Gini, simbolizada pelo final do século XX e início do século XXI, sustentam que o desenvolvimento construído ao longo do tempo permanece desigual e alinhado com o das regiões Nordeste e Norte, como também do Brasil, que tem essa característica concentradora de renda, com pequenas exceções no Sul e Sudeste.

**Quadro 4 Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, segundo Regiões, Maranhão e Brasil, 1991, 2000 e 2010**

Região e UF	1991	2000	2010
Brasil	0,6383	0,6460	0,6086
Região Norte	0,6257	0,6545	0,6319
Região Nordeste	0,6593	0,6682	0,6277
Maranhão	0,6078	0,6570	0,6291
Região Sudeste	0,5984	0,6093	0,5850
Região Sul	0,5857	0,5893	0,5337
Região Centro-Oeste	0,6244	0,6420	0,6019

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos demográficos do IBGE.

**Quadro 5 Migrações realizadas para a região Nordeste e sub-região Meio Norte, por origem e destino, 2000 a 2010**

Origem	Pessoas instaladas nos municípios no período de 2000 a 2010									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE
Rondônia	202	1.934	2.389	1.428	1.091	1.086	527	742	323	9.723
Acre	170	261	754	144	90	491	9	230	29	2.178
Amazonas	826	1.540	5.462	3.929	1.013	2.669	842	1.580	497	18.358
Roraima	98	360	1.316	2.550	480	529	347	592	-	6.273
Pará	1.044	7.070	13.362	65.315	2.230	4.517	6.621	2.760	823	103.741
Amapá	20	329	1.394	3.105	327	348	330	662	82	6.597
Tocantins	463	3.063	1.831	16.037	491	1.385	2.075	388	289	26.021
Maranhão	<b>723</b>	<b>4.038</b>	<b>13.526</b>	<b>484.998</b>	<b>2.172</b>	<b>3.957</b>	<b>39.696</b>	<b>1.850</b>	<b>669</b>	<b>551.630</b>
Piauí	<b>261</b>	<b>7.462</b>	<b>18.112</b>	<b>39.851</b>	<b>1.611</b>	<b>8.506</b>	<b>158.926</b>	<b>1.370</b>	<b>304</b>	<b>236.402</b>
Ceará	2.885	14.914	585.934	12.661	10.283	20.911	15.968	17.330	1.311	682.198
Rio Grande do Norte	1.342	4.254	13.819	1.099	21.435	7.558	872	304.126	606	355.092
Paraíba	2.503	8.827	10.592	2.921	244.833	38.677	1.336	27.984	1.593	339.266
Pernambuco	37.988	43.493	22.417	6.030	46.582	685.339	7.379	14.044	6.008	869.278
Alagoas	220.078	16.779	3.141	1.785	2.695	35.942	839	1.957	23.540	306.755
Sergipe	11.144	29.215	908	947	981	3.447	511	1.125	161.317	209.596
Bahia	10.287	1.078.334	11.909	4.729	6.498	40.472	6.824	4.426	35.370	1.198.850
Minas Gerais	3.112	48.740	6.180	6.145	2.828	6.951	2.527	3.646	2.256	82.385
Espírito Santo	608	25.389	1.180	839	393	1.112	432	477	432	30.862
Rio de Janeiro	4.882	31.318	27.472	8.254	34.981	20.167	3.886	16.930	6.013	153.903
São Paulo	41.138	214.949	78.469	23.172	52.070	108.890	40.821	29.779	23.015	612.304
Paraná	1.105	8.715	3.389	2.218	1.481	2.976	816	1.319	990	23.008
Santa Catarina	655	3.365	1.795	977	956	1.414	595	1.103	433	11.294
Rio Grande do Sul	691	6.514	3.099	2.019	1.648	3.057	941	1.400	774	20.144
Mato Grosso do Sul	685	2.368	959	787	1.099	1.168	662	1.204	370	9.300
Mato Grosso	2.117	3.675	1.624	4.933	567	1.757	1.448	685	758	17.564
Goiás	1.391	19.966	5.286	13.781	2.850	3.649	6.433	2.829	632	56.816
Distrito Federal	1.434	19.755	12.636	14.899	7.632	5.338	17.972	5.737	1.890	87.292

Fonte: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste/IBGE, Censos Demográficos, 2000/2010.

Os dados do Quadro 5 permitem construir explicações sobre o tipo de desenvolvimento que se busca entender. A dinâmica migratória no Nordeste e principalmente no Meio Norte entre 2000 e 2010 está evidenciada pelo número de pessoas que se instalaram no Maranhão (484.998 pessoas) e Piauí (158.926 pessoas), tendo como origem os próprios municípios dos dois estados. Isso demonstra que o maior volume migratório foi interno, superando outros fluxos migratórios originados de outros lugares para o Meio Norte. O que induz pensar que grande parte desses contingentes migratórios foi composta pela força de trabalho.

Nessa concepção associam-se as discussões de Singer (1976; 1980) e Martins (1986), sobretudo no que se refere ao processo de produção capitalista adaptando-se às mudanças globais, que provocam diversos deslocamentos da força de trabalho. E que esclarecem os pressupostos constituídos sobre a influência das migrações internas no desenvolvimento regional, a partir de uma concepção de que as migrações constituem um processo social (BRITO, 2015) que pressupõe deslocamentos de “conjuntos sociais”, condicionados pelas necessidades geradas pela economia.

Complementando as análises desses dois últimos parágrafos e com o intuito de fortalecer as conjecturas elaboradas, é importante apresentar resultados atinentes ao desenvolvimento regional, que podem justificar a dinâmica migratória apontada no Quadro 5.

As informações citadas a seguir referem-se ao estado do Maranhão. É necessário lembrar que o Meio Norte é composto por uma parte do estado do Piauí e todo o Maranhão. Esse estado, durante o período de 2002 a 2006, apresentou as seguintes variações na taxa do seu Produto Interno Bruto (PIB): 2003/2002 = 4,33%; 2004/2003 = 8,97%; 2005/2004 = 7,34% e 2006/2005 = 4,98%. Enquanto que o Brasil e o Nordeste, nesses mesmos períodos, apresentaram as seguintes taxas: Brasil 1,15%; 5,66%; 3,16%; 3,97%. Nordeste 1,89%; 6,33%; 4,57% e 4,78% (IBGE, CONTAS REGIONAIS DO BRASIL, 2006).

No aspecto educacional existem dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que mostram um significativo desenvolvimento no período de 1996 a 2004, no Meio Norte, registrado através do investimento na implantação de Instituições de Ensino Superior – IES. Esses dados são os seguintes: o estado do Maranhão tinha, em 1996, 97 IES, e, em 2004, atingiu 575 IES; o estado do Piauí em 1996 tinha 84 IES e em 2004 atingiu 569 IES. O Nordeste apresentou, nesses mesmos períodos, 1.031 IES e 3.318 IES, respectivamente. Neste caso, analisando em termos proporcionais, observa-se um crescimento de 592% no Maranhão e 677% no Piauí, enquanto o Nordeste obteve um incremento de 321%. Desse modo, o crescimento da sub-região do Meio Norte nesse setor do ensino superior alcançou um aumento de aproximadamente

700% na quantidade de IES, no período de 1996 a 2004, considerando o somatório de todo o estado do Maranhão e parte do Piauí.

Nesse contexto educacional de significativo crescimento, não se deve prescindir de assinalar o trabalho de Richard Florida (2000), contribuindo, através de pesquisas, para o entendimento de que as distintas forças econômicas, sociais e geográficas que agem sobre a distribuição de pessoas no espaço interagem, produzindo desenvolvimento regional associado à vivificação do capital humano.

## **Considerações finais**

O estudo do desenvolvimento regional na sub-região do Meio Norte, abordado neste artigo, optou por seguir o caminho dos fluxos migratórios responsáveis pela formação histórica desse espaço. As discussões conduzidas nessa trajetória evidenciaram as relações orientadas para a estruturação de um sistema de produção, que caracterizou a estrutura e superestrutura norteadora desse desenvolvimento regional. É importante ressaltar que este trabalho buscou um alinhamento com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), citada no quarto capítulo, através da proposta de avaliar uma sub-região, priorizando seu particularismo.

Os aportes metodológicos permitiram alcançar o objetivo de explicar como os fluxos migratórios atuaram no desenvolvimento regional do Meio Norte brasileiro. Desse modo, a partir dos parâmetros conceituais do desenvolvimento discutidos por Veiga (2005), Singer (1976; 1980), Martins (1981), Haddad (1996) e Diniz (1993) e ainda dos estudos sobre os fluxos migratórios no Brasil, apoiados nas análises de Valverde (1957), Velho (1981), Waibel (1979), Almeida e Baeninger (2011), Cunha (2005), Carvalho (1985), Rigotti (1999) e Martine (1984), os dados censitários foram analisados e determinaram não apenas os traços característicos do povoamento do Meio Norte, mas também como essa população de migrantes construiu sua estrutura produtiva que possibilitou o desenvolvimento regional.

Esse desenvolvimento, após a análise fundamentada nas discussões supracitadas, assumiu formas características de um modelo histórico colonial brasileiro, que transmitiu as raízes de uma economia centralizadora de riqueza. Assim, a partir dessa estruturação, ampliou o processo de crescimento econômico, através de uma flexibilização da força de trabalho mobilizada internamente dentro da sub-região do Meio Norte. O grande desenvolvimento regional alcançado nesse espaço regional, como foi mostrado no quarto capítulo deste artigo, pelo incremento do PIB e da educação superior, propugnou o poder das estratégias de expansão do sistema capitalista que conduziu, desde o século XIX até o século XXI, um domínio inexorável das economias, nas diversas escalas territoriais.

## Referências

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Brasília, 1998.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. (1500-1800) & Os caminhos antigos e povoamento do Brasil. 5. ed. Revista por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora UNB, 1963 (Biblioteca Básica Brasileira 2).
- ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais de diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: XXVIII Congresso internacional dos ALAS. **Anais...** Recife, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner de. MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no maranhão contemporâneo**. Pesquisa Antropológica. Brasília, 1979.
- ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**. 9(1), 2010.
- ANDRADE, M. C. **Ensaio sobre a realidade maranhense**. São Luís: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. 1984.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Municípios**. 2013. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/imperatriz\\_ma](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/imperatriz_ma)> Acesso em: 3 jul. 2015.
- BARCELLOS, Tanya M. de. **Migrações internas**: conceitos básicos frente à realidade da última década. Porto Alegre: FEE, 1995.
- BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.
- BECKER, Bertha. A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil. **Revista Brasileira Geografia**, ano 36, n. 2, FIBGE/Rio de Janeiro, 1974.
- BRITO, Eliseu Pereira de. **O papel de Palmas-TO na rede de integração regional**. Dissertação de Mestrado. UFGD, 2009.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? 2015. In: Transições Migratórias, IPLANCE, 2002. **Anais...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/.../2000/.../Brasil,%20Final%20de%20sécul>>. Acesso em 10 ago. 2015.

CABRAL, Maria do Socorro C. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luiz: Secma, 1992.

CARVALHO, José Alberto Magno. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 1985.

CARVALHO, José Alberto Magno; RIGOTTI, José Irineu. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1998.

CARVALHO, José Alberto Magno; MACHADO, Cláudio Caetano. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 9, n. 1, 1992.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

COUTINHO, Milson. **Imperatriz**: subsídios para a história da cidade. São Luís: SIOGE, 1994.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, ano XX, n. 39, Brasília, p. 29-50, jul./dez. 2012.

CUNHA José Marcos Pinto da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, São Paulo Oct./Dec., 2005.

DECRETO N° 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR**.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set., 1993.

ETGES, Virginia E.; DEGRANDI, José O. Desenvolvimento regional – a diversidade como potencialidade. In: I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. **Anais...** Rio de Janeiro, Agosto de 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FLORIDA, Richard. The economic geography of talento. **Annals of the American association of geographers forthcoming**, 2000. Disponível em: <[http://www.geo.hunter.cuny.edu/courses/geog347/articles/economic\\_talent.pdf](http://www.geo.hunter.cuny.edu/courses/geog347/articles/economic_talent.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FREIRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1985.

HADDAD, P. R. **A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas**. A política regional na era da globalização. São Paulo: Centro de Estudos da Konrad Adenauer Stiftung, Brasília: Ipea, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico de 1872 a 2010**.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural no urbano**: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz - MA. Imperatriz/MA: Ética 2008.

LIMA SOBRINHO, A. Barbosa. **O devassamento do Piauí**. Teresina: Ed. Nacional, 1946.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. Hucitec. São Paulo, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **A contribuição crítica a economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. v. I. São Paulo: Alfa-Omega, 2006.

MARTINE, George. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilizações. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4, 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: ABEP, v. 1, 1984.

OLIVEIRA Jr, Márcio. **Marco regulatório das políticas de desenvolvimento regional no Brasil**: fundos de desenvolvimento e fundos constitucionais de financiamento. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado Federal. Texto para Discussão nº 101. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <[senado.gov.br/senado/conleg/textos\\_discussao.htm](http://senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao.htm)>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Desenvolvimento do WHOQOL** versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (whoqol). Porto Alegre: UFRGS, 1998.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Fronteira Agrícola do Brasil**. II Diálogo Geográfico Goiás. Repositório da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2009.

RIGOTTI, José Irineu R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Belo Horizonte, 1999. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais.

SIEBERT, Horst. **Regional economic growth**: theory and policy. International Textbook Company, 1969.

SINGER, Paul, Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio (Coord.). **Migração Interna**. Textos Seleccionados, tomo I, Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, Paul. **Implicações econômicas e sociais da dinâmica da população brasileira**. 1976. Disponível em: <[cebrap.org.br/v2/files/.../implicacoes\\_economicas\\_e\\_sociaispdf](http://cebrap.org.br/v2/files/.../implicacoes_economicas_e_sociaispdf)>. Acesso em: 11 nov. 2016.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**. Tradução de Moniz Bandeira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

TRIVIÑOS, A. N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1994.

TROVÃO, José Ribamar. **Frentes de ocupação do espaço maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG, 2012.

VALVERDE, Orlando. Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 381-419, out/dez, 1957.

WEBER, Alfred. **Theory of the location of industries**. Chicago: Chicago University, 1969.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VELHO, O. Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL, 1977.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VESENTINI, José William. **O conceito de região em três registros**. Exemplificando com o Nordeste brasileiro. **Confins** [Online], 14, 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7377>.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: A.C.M, 1954.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. comentada. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 389-422, 1955.

Endereço para correspondência:

*Edgar Oliveira Santos* – edgar1281948@yahoo.com.br  
Cidade Universitária Paulo VI, s/n, Bairro Balsas  
65.055-310 São Luís/MA, Brasil

*Edney Loiola* – edneyloiola@uol.com.br  
Cidade Universitária Paulo VI, s/n, Bairro Balsas  
65.055-310 São Luís/MA, Brasil

*Sônia Oliveira Santos* – sonia7\_oliveira@hotmail.com  
Cidade Universitária Paulo VI, s/n, Bairro Balsas  
65.055-310 São Luís/MA, Brasil